

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA CRISTÃ E DISCERNIMENTO MORAL: DESAFIOS TEOLÓGICOS DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Henrique Lacerda Nieddermeyer<sup>1</sup>  
Ana Júlia de Souza Martins<sup>2</sup>  
José Roberto Cezar<sup>3</sup>  
Rogério Klôh Menezes<sup>4</sup>  
Fabiana Nunes Galhardo<sup>5</sup>

### Resumo

O avanço da inteligência artificial (IA) nas últimas décadas tem promovido transformações significativas nos processos sociais, educacionais, econômicos e culturais, ampliando debates sobre automação, responsabilidade moral, autonomia algorítmica e impactos sobre a experiência humana. Paralelamente aos benefícios relacionados à inovação tecnológica, emergem questionamentos éticos acerca da substituição de decisões humanas, instrumentalização da vida e preservação da dignidade da pessoa diante da crescente presença de sistemas inteligentes em diferentes esferas sociais. Nesse contexto, a Teologia cristã apresenta contribuições relevantes ao discutir princípios relacionados à consciência moral, livre-arbítrio, responsabilidade ética e dignidade humana fundamentada na *Imago Dei*. A problemática que orienta o estudo consiste em compreender de que maneira a ética cristã pode contribuir para o discernimento moral diante do avanço da inteligência artificial e quais desafios teológicos emergem em relação à responsabilidade humana e aos limites éticos da tecnologia. O objetivo geral foi analisar os desafios éticos e teológicos decorrentes da expansão da inteligência artificial, discutindo implicações sobre dignidade humana, discernimento moral e compreensão cristã da humanidade. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica fundamentada em produções científicas nacionais recentes sobre inteligência artificial, ética, Teologia e antropologia cristã. Os resultados evidenciaram que a IA ultrapassa dimensões técnicas, exigindo referenciais éticos capazes de preservar a centralidade da pessoa humana. Conclui-se que a ética cristã oferece fundamentos relevantes para o uso responsável das tecnologias emergentes, reafirmando princípios relacionados à dignidade humana, justiça, cuidado e responsabilidade moral.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração. MBA em Gestão Empresarial. Mestre em Gestão do Conhecimento. Doutor em Direito. Coordenador de pós-graduações da Universidade de Marília. E-mail: [henriquelacerda@unimar.br](mailto:henriquelacerda@unimar.br)

<sup>2</sup> Tecnóloga em Processos Gerenciais. Pós-graduada em Tecnologia e Educação a Distância pela. Tutora da Universidade de Marília. E-mail: [anamartins@unimar.br](mailto:anamartins@unimar.br)

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Contábeis. Especialista em Teologia. Mestre em Administração. Tutor da Universidade de Marília. E-mail: [josecezar@unimar.br](mailto:josecezar@unimar.br)

<sup>4</sup> Discente do Curso de Bacharelado em Teologia da Universidade de Marília. E-mail: [rkloh@hotmail.com](mailto:rkloh@hotmail.com)

<sup>5</sup> Discente do Curso de Bacharelado em Teologia da Universidade de Marília. E-mail: [fabiananunesfafa@gmail.com](mailto:fabiananunesfafa@gmail.com)

**Palavras-chave:** Discernimento moral. Ética cristã. Inteligência artificial.

### **Abstract**

The advancement of artificial intelligence (AI) in recent decades has promoted significant transformations in social, educational, economic, and cultural processes, expanding debates on automation, moral responsibility, algorithmic autonomy, and impacts on human experience. Alongside the benefits associated with technological innovation, ethical questions have emerged regarding the replacement of human decision-making, the instrumentalization of life, and the preservation of human dignity in the face of the growing presence of intelligent systems across different social spheres. In this context, Christian Theology provides relevant contributions by discussing principles related to moral conscience, free will, ethical responsibility, and human dignity grounded in the *Imago Dei*. The central problem guiding this study is to understand how Christian ethics can contribute to moral discernment in the context of the advancement of artificial intelligence and which theological challenges emerge concerning human responsibility and the ethical limits of technology. The general objective was to analyze the ethical and theological challenges arising from the expansion of artificial intelligence, discussing implications for human dignity, moral discernment, and the Christian understanding of humanity. This is a qualitative study with an exploratory-descriptive approach, developed through a literature review based on recent national scientific publications on artificial intelligence, ethics, Theology, and Christian anthropology. The findings revealed that AI goes beyond technical dimensions, requiring ethical frameworks capable of preserving the centrality of the human person. It is concluded that Christian ethics provides relevant foundations for the responsible use of emerging technologies, reaffirming principles related to human dignity, justice, care, and moral responsibility.

**Keywords:** Artificial intelligence. Discernment. Christian ethics

### **Introdução**

A expansão da inteligência artificial generativa intensificou discussões relacionadas à autonomia algorítmica, responsabilidade moral, autoria intelectual e limites éticos da automação. Sistemas capazes de produzir textos, interpretar informações e apoiar tomadas de decisão têm provocado mudanças

significativas na relação entre seres humanos e tecnologia, ampliando questionamentos sobre consciência, livre-arbítrio, discernimento e singularidade da experiência humana. A inteligência artificial não representa apenas uma inovação técnica, mas uma mudança profunda na relação entre humanos, máquinas e processos cognitivos, indicando que o desenvolvimento tecnológico contemporâneo exige análises interdisciplinares que considerem suas implicações sobre valores, comportamentos e concepções de humanidade.

Paralelamente ao avanço tecnológico, observa-se o surgimento de novos dilemas morais relacionados à delegação de decisões para sistemas automatizados, à reprodução de vieses algorítmicos e ao risco de instrumentalização da vida humana. A crescente incorporação da IA em processos sensíveis, como diagnósticos médicos, avaliações educacionais, gestão financeira e decisões jurídicas, amplia preocupações sobre responsabilidade ética, transparência e preservação da dignidade humana.

Nesse cenário, a Teologia cristã apresenta-se como importante campo de reflexão para análise crítica dos desafios éticos produzidos pela inteligência artificial. A tradição teológica cristã compreende o ser humano como portador de dignidade intrínseca, criado à imagem e semelhança de Deus (*Imago Dei*), dotado de consciência moral, liberdade e responsabilidade por suas escolhas. Tal compreensão oferece fundamentos relevantes para discussão sobre limites éticos da tecnologia, centralidade da pessoa humana e discernimento moral diante das transformações contemporâneas.

A problemática que orienta o presente estudo emerge justamente das tensões entre desenvolvimento tecnológico e fundamentos éticos cristãos, podendo ser expressa pela seguinte questão: de que maneira a ética cristã pode contribuir para o discernimento moral diante do avanço da inteligência artificial e quais desafios teológicos surgem em relação à responsabilidade humana, à dignidade da pessoa e aos limites éticos da automação tecnológica? Tal problemática torna-se relevante na medida em que a ampliação do poder tecnológico intensifica debates sobre autonomia algorítmica, substituição de decisões humanas e preservação da centralidade da pessoa em uma sociedade cada vez mais mediada por sistemas inteligentes.

Diante dessa perspectiva, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar os desafios éticos e teológicos decorrentes do avanço da inteligência artificial, discutindo suas implicações sobre responsabilidade moral, dignidade humana, discernimento ético e compreensão cristã da humanidade. Para atingir esse propósito, buscou-se: compreender as transformações sociais produzidas pela inteligência artificial; examinar fundamentos da ética cristã relacionados à consciência moral, livre-arbítrio e dignidade humana; e refletir criticamente sobre os limites éticos da tecnologia à luz da tradição teológica cristã.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e abordagem exploratória-descritiva, fundamentada em produções científicas nacionais recentes, artigos acadêmicos, periódicos especializados e obras teóricas relacionadas aos campos da inteligência artificial, ética, filosofia, Teologia e antropologia cristã. A revisão concentrou-se em autores que discutem inteligência artificial e ética tecnológica, bem como em estudos teológicos voltados à dignidade humana, responsabilidade moral e discernimento cristão.

A estrutura do estudo organiza-se em três momentos complementares. Inicialmente, são discutidos os avanços da inteligência artificial e seus impactos sobre a experiência humana contemporânea, considerando transformações sociais, educacionais e culturais decorrentes da automação e da inteligência algorítmica. Em seguida, abordam-se fundamentos da ética cristã, enfatizando conceitos relacionados à consciência moral, livre-arbítrio, *Imago Dei* e dignidade humana. Por fim, desenvolve-se reflexão acerca dos desafios teológicos produzidos pela expansão da inteligência artificial, discutindo responsabilidade moral, instrumentalização da vida humana e contribuições da Teologia para construção de referenciais éticos aplicáveis às tecnologias emergentes.

De modo geral, os resultados obtidos ao longo da análise indicam que o desenvolvimento tecnológico, embora apresente potencial para ampliar capacidades humanas e favorecer inovação em diferentes áreas, também produz dilemas éticos que exigem referenciais críticos para preservação da dignidade humana e da responsabilidade moral. Observa-se que a ética cristã oferece contribuições relevantes ao reafirmar princípios relacionados ao valor

intrínseco da pessoa, ao discernimento ético e à necessidade de limites para processos tecnológicos que possam reduzir o ser humano à lógica da eficiência ou da funcionalidade. Desse modo, conclui-se que a inteligência artificial não deve ser compreendida apenas como fenômeno técnico, mas como realidade capaz de reconfigurar concepções de humanidade, exigindo diálogo permanente entre tecnologia, ética e Teologia para construção de práticas socialmente responsáveis e humanamente comprometidas.

## 1. Avanços teológicos e impactos sobre a experiência humana

As transformações tecnológicas ocorridas nas primeiras décadas do século XXI alteraram profundamente a dinâmica social, econômica, educacional e cultural, influenciando modos de produção, comunicação e construção do conhecimento. Entre as inovações mais impactantes desse período, destaca-se a inteligência artificial (IA), cuja expansão tem provocado debates acerca dos limites da automação, da autonomia tecnológica e dos impactos sobre a experiência humana. A IA passou a ocupar posição estratégica em diferentes setores sociais, ultrapassando a condição de ferramenta operacional para assumir funções relacionadas à análise, interpretação e apoio à tomada de decisões. Conforme afirma Santaella (2023, p. 21), “a inteligência artificial não representa apenas uma inovação técnica, mas uma mudança profunda na relação entre humanos, máquinas e processos cognitivos”. Essa perspectiva evidencia que os avanços tecnológicos contemporâneos devem ser compreendidos para além de sua dimensão instrumental, considerando seus efeitos sobre valores, comportamentos e relações sociais.

Embora o debate sobre máquinas capazes de reproduzir funções cognitivas humanas tenha se intensificado nas últimas décadas, as bases da inteligência artificial remontam à metade do século XX, especialmente com os estudos sobre computação, lógica matemática e sistemas automatizados. Inicialmente, os sistemas eram estruturados para executar comandos previamente programados. Com o avanço da capacidade computacional e da análise massiva de dados (*big data*), surgiram tecnologias fundamentadas em aprendizagem de máquina (*machine learning*) e aprendizagem profunda (*deep*

*learning*), ampliando significativamente o desempenho dos sistemas inteligentes. Segundo Lamb (2024, p. 109), “a IA tornou-se uma tecnologia de propósito geral, comparável à eletricidade ou à internet, devido à sua capacidade de influenciar praticamente todas as áreas da atividade humana”. Essa característica demonstra que o desenvolvimento da IA possui implicações estruturais sobre a organização da sociedade contemporânea.

A evolução tecnológica alcançou novo patamar com o surgimento da inteligência artificial generativa, caracterizada pela capacidade de produzir textos, imagens, sons, códigos e conteúdos complexos mediante comandos humanos. Diferentemente dos modelos tradicionais de automação, a IA generativa atua em processos criativos e interpretativos, ampliando discussões sobre autoria, originalidade e dependência cognitiva. Bottentuit Junior et al. (2024, p. 7) observam que “as ferramentas de IA generativa apresentam potencial para transformar significativamente processos acadêmicos, profissionais e educacionais, exigindo revisão de práticas consolidadas”. A afirmação sugere que o impacto dessas tecnologias não se limita ao aumento da produtividade, mas alcança mudanças epistemológicas relacionadas à produção e validação do conhecimento.

No âmbito educacional, a incorporação da inteligência artificial vem modificando práticas pedagógicas, mecanismos avaliativos e processos de aprendizagem. Sistemas inteligentes permitem personalização do ensino, adaptação curricular e apoio ao desenvolvimento de conteúdos, favorecendo experiências educacionais mais individualizadas. Entretanto, a expansão dessas ferramentas também suscita preocupações relacionadas à superficialização do conhecimento, ao enfraquecimento do pensamento crítico e à ampliação das desigualdades digitais. De acordo com Costa et al. (2024, p. 58), “o desafio contemporâneo não consiste apenas em inserir tecnologias nos ambientes educacionais, mas em formar sujeitos capazes de utilizá-las de modo crítico, ético e reflexivo”. Dessa forma, o debate educacional desloca-se da simples adoção tecnológica para a construção de competências intelectuais e éticas compatíveis com a sociedade digital.

As mudanças provocadas pela inteligência artificial extrapolam o campo educacional e alcançam diretamente o mundo do trabalho. Processos automatizados passaram a executar tarefas repetitivas e, progressivamente, atividades analíticas anteriormente consideradas exclusivas do raciocínio humano. Tal cenário intensifica discussões sobre substituição ocupacional, reconfiguração profissional e necessidade permanente de qualificação. Conforme Santaella (2021, p. 96), “a hibridização crescente entre humanos e sistemas inteligentes redefine competências, reorganiza funções sociais e modifica expectativas sobre trabalho e produtividade”. Nesse contexto, a tecnologia deixa de ser percebida apenas como instrumento auxiliar e passa a participar da reorganização das estruturas econômicas e laborais.

As transformações relacionadas à inteligência artificial também modificam formas de interação social e construção da subjetividade. Plataformas digitais utilizam algoritmos para organizar informações, sugerir conteúdos e influenciar padrões de comportamento, interferindo nos processos de escolha individual. Essa dinâmica evidencia que a experiência humana contemporânea ocorre em ambiente progressivamente mediado por sistemas algorítmicos. Segundo Lévy (2010, p. 158), “as tecnologias digitais não transformam apenas os modos de comunicação, mas reconfiguram formas de percepção, memória e sociabilidade”. Tal compreensão permite reconhecer que o avanço tecnológico influencia dimensões subjetivas da vida humana, alterando maneiras de interpretar o mundo e estabelecer relações sociais.

A crescente presença dos algoritmos nas atividades cotidianas impulsiona discussões sobre autonomia tecnológica. Embora sistemas de IA possam operar com elevado grau de independência funcional, permanece controversa a possibilidade de atribuir-lhes autonomia moral ou consciência. Isso ocorre porque processamento de dados e tomada automatizada de decisões não equivalem necessariamente à capacidade humana de julgamento ético. Lamb (2024, p. 115) afirma que “o desempenho sofisticado dos sistemas de IA não elimina a necessidade de supervisão humana, especialmente quando decisões afetam direitos, segurança ou dignidade das pessoas”. Essa observação reforça que eficiência tecnológica não deve ser confundida com responsabilidade moral.

A discussão sobre autonomia algorítmica torna-se mais complexa diante da utilização crescente da IA em áreas sensíveis, como saúde, segurança pública, educação e sistema jurídico. Sistemas automatizados podem influenciar diagnósticos médicos, seleção profissional, concessão de crédito e decisões judiciais, ampliando preocupações relacionadas à transparência e responsabilização. Quando erros ocorrem em processos mediados por IA, surge questionamento central para os debates éticos contemporâneos: quem responde pelas consequências produzidas pela tecnologia? Tal problemática evidencia limites da automação e reafirma a necessidade de participação humana nos processos decisórios.

Vale destacar que algoritmos não são neutros, uma vez que refletem dados, valores e critérios estabelecidos por indivíduos ou instituições responsáveis por sua programação. Desse modo, vieses discriminatórios podem ser reproduzidos e ampliados por sistemas inteligentes. Conforme destacam Cabero-Almenara e Barroso-Osuna (2025, p. 12), “a utilização ética da inteligência artificial depende da construção de mecanismos que assegurem inclusão, transparência e responsabilidade social”. A afirmação demonstra que o desenvolvimento tecnológico precisa ser acompanhado por princípios éticos capazes de minimizar desigualdades e prevenir usos prejudiciais da inovação.

Sob perspectiva crítica, torna-se insuficiente compreender a inteligência artificial apenas como avanço técnico voltado à eficiência operacional. A IA representa fenômeno multidimensional que influencia formas de aprendizagem, organização social, produção econômica e construção da identidade humana. Santaella (2023, p. 37) argumenta que “o desafio contemporâneo consiste em compreender até que ponto a inteligência artificial amplia capacidades humanas ou contribui para processos de dependência tecnológica”. Essa reflexão revela tensão permanente entre progresso técnico e preservação da autonomia humana.

A expansão acelerada das tecnologias inteligentes inaugura cenário no qual o desenvolvimento científico convive com novos dilemas éticos, filosóficos e antropológicos. O debate contemporâneo ultrapassa questionamentos sobre o potencial funcional das máquinas, alcançando discussões relacionadas ao

significado da consciência, liberdade, responsabilidade e dignidade humana. Nesse sentido, compreender os impactos da inteligência artificial exige abordagem interdisciplinar capaz de integrar tecnologia, ética, filosofia e Teologia, reconhecendo que o avanço tecnológico produz efeitos concretos sobre a maneira como os indivíduos vivem, aprendem, trabalham e constroem sentidos para sua existência.

## **2. A ética cristã e os fundamentos teológicos para o discernimento contemporâneo**

As transformações sociais, científicas e tecnológicas intensificadas nas últimas décadas ampliaram debates relacionados à moralidade, responsabilidade humana e construção ética diante de novos dilemas contemporâneos. Nesse cenário, a ética cristã permanece como importante campo de reflexão acerca do agir humano, oferecendo referenciais fundamentados nas Escrituras, na tradição teológica e na compreensão da dignidade intrínseca da pessoa. Diferentemente de perspectivas exclusivamente normativas, a ética cristã compreende a moralidade como expressão da relação entre o ser humano, Deus e o próximo, orientando decisões individuais e coletivas. Conforme argumenta Santos (2017, p. 41), “a moral aplicada à dimensão religiosa influencia inclusive a formação do direito constitucional”, evidenciando que princípios oriundos da tradição judaico-cristã extrapolam o âmbito confessional e alcançam estruturas sociais e jurídicas.

A ética cristã pode ser definida como o conjunto de princípios morais fundamentados na revelação bíblica, na pessoa de Cristo e na compreensão do ser humano enquanto criatura criada para viver em comunhão com Deus e com os outros. Sua centralidade não reside apenas no cumprimento de normas, mas na formação integral do caráter, da consciência e do discernimento moral. Nessa perspectiva, agir eticamente significa alinhar escolhas humanas aos valores do amor, justiça, responsabilidade e cuidado. Conforme Oliveira (2016, p. 562), “a pessoa humana está edificada no ser de Deus”, de modo que sua existência possui fundamento transcendente que orienta valores e comportamentos. Essa compreensão diferencia a ética cristã de modelos estritamente utilitaristas ou

relativistas, ao reconhecer a existência de referenciais morais vinculados à própria compreensão teológica da pessoa.

O conceito de consciência moral ocupa posição central na tradição cristã. A consciência pode ser compreendida como capacidade humana de discernir entre ações moralmente adequadas ou inadequadas, constituindo espaço interno de julgamento ético e responsabilidade pessoal. Entretanto, a ética cristã não interpreta a consciência como elemento autônomo absoluto, mas como dimensão que necessita ser formada e orientada por princípios morais superiores. Nesse sentido, o discernimento ético envolve reflexão crítica, espiritualidade e responsabilidade diante das consequências das ações humanas. Conforme Santos (2017, p. 44), “o homem possui uma consciência moral que permite diferenciar o certo do errado”, sendo essa capacidade essencial para a vida social e para o exercício da responsabilidade individual.

Associado à consciência moral encontra-se o conceito de livre-arbítrio, compreendido na tradição cristã como a possibilidade humana de escolha entre diferentes caminhos éticos. A liberdade, entretanto, não representa ausência de limites ou independência absoluta, mas capacidade de decidir responsabilmente. Sob perspectiva teológica, liberdade e responsabilidade tornam-se categorias inseparáveis, uma vez que toda decisão produz implicações individuais e coletivas. A compreensão cristã sustenta que o ser humano responde moralmente por suas escolhas justamente porque possui capacidade deliberativa. Desse modo, o livre-arbítrio constitui fundamento da responsabilidade ética e elemento indispensável ao discernimento moral.

A discussão acerca da dignidade humana na tradição cristã encontra fundamento primordial na doutrina da *Imago Dei*, expressão latina utilizada para designar a criação do ser humano à imagem e semelhança de Deus, conforme descrito no livro de Gênesis. Essa compreensão atribui valor intrínseco à existência humana independentemente de condições sociais, econômicas ou biológicas. A dignidade, portanto, não deriva da produtividade, do desempenho ou da utilidade social, mas da própria condição ontológica do ser humano enquanto criatura divina. Bornschein (2019, p. 77) afirma que “cada pessoa tem

em si esta centelha de dignidade e de nobreza”, justamente porque a imagem divina permanece como fundamento do valor humano.

A doutrina da *Imago Dei* possui implicações relevantes para debates contemporâneos relacionados aos direitos humanos, bioética, justiça social e desenvolvimento tecnológico. Ao reconhecer que todo indivíduo possui dignidade inerente, a tradição cristã estabelece bases para defesa da igualdade fundamental entre pessoas. Segundo Previtalli e Souza (2025, p. 4), “a concepção do ser humano como imagem de Deus fundamenta a dignidade intrínseca da pessoa”, influenciando discussões éticas e jurídicas em diferentes contextos sociais. Essa interpretação demonstra que princípios teológicos permanecem relevantes para reflexão sobre desafios atuais envolvendo exclusão, desigualdade e desumanização.

A compreensão cristã da dignidade humana também se relaciona à ideia de valor universal da vida. Diferentemente de abordagens condicionadas à capacidade produtiva ou autonomia funcional, a antropologia teológica sustenta que toda pessoa possui dignidade desde sua existência, independentemente de limitações físicas, cognitivas ou sociais. Domingues e Palte (2024, p. 79) argumentam que a cosmovisão cristã contribui para a valorização da vida ao compreender o ser humano como portador de significado transcendente. Os autores ressaltam que “o conceito de pessoa no interior da cosmovisão cristã pode contribuir eficazmente para observância do princípio da dignidade humana”.

Além da dimensão ontológica da dignidade, a tradição cristã enfatiza o compromisso ético decorrente do reconhecimento do valor do outro. O amor ao próximo, amplamente presente nos ensinamentos bíblicos, representa princípio orientador da moral cristã. Nessa perspectiva, a ética deixa de ser apenas conjunto de obrigações individuais e passa a constituir responsabilidade relacional. O cuidado com os vulneráveis, a promoção da justiça e a defesa da vida tornam-se expressões concretas do discernimento moral cristão. Conforme estudo recente sobre dignidade humana e Teologia contemporânea, a interpretação bíblica da pessoa impulsiona ações voltadas à promoção da justiça social e da proteção da vida humana.

O discernimento moral, no contexto bíblico-teológico, pode ser compreendido como processo contínuo de avaliação ética fundamentado na oração, sabedoria, consciência e orientação espiritual. Discernir significa interpretar situações concretas à luz de princípios considerados superiores. A tradição cristã reconhece que decisões morais frequentemente ocorrem em contextos complexos, exigindo reflexão além do legalismo ou da resposta imediata. O discernimento envolve prudência, responsabilidade e capacidade crítica diante dos desafios históricos de cada época. Por essa razão, o exercício do julgamento moral ocupa posição central na espiritualidade cristã.

A contemporaneidade apresenta novos dilemas éticos associados ao desenvolvimento tecnológico, inteligência artificial, biotecnologia e transformações culturais. Tais mudanças ampliam a necessidade de referenciais capazes de orientar decisões em cenários inéditos. A ética cristã, nesse contexto, não oferece respostas automáticas para todas as questões emergentes, mas contribui com princípios relacionados à dignidade humana, responsabilidade moral e centralidade da pessoa. Ao reconhecer o ser humano como portador da *Imago Dei*, a reflexão teológica reafirma limites éticos para processos que possam reduzir a vida humana à lógica instrumental ou utilitarista.

Diante disso, observa-se que ética cristã, consciência moral e dignidade humana constituem categorias interdependentes para compreensão do discernimento contemporâneo. A tradição teológica cristã compreende que a liberdade humana exige responsabilidade, que a consciência necessita formação ética e que a dignidade da pessoa antecede qualquer reconhecimento social. Em tempos marcados pela expansão tecnológica e pela complexificação dos dilemas morais, tais fundamentos permanecem relevantes para construção de decisões comprometidas com justiça, cuidado e valorização integral da vida humana.

### **3. Responsabilidade moral, humanidade e limites éticos da tecnologia**

A expansão acelerada da inteligência artificial no século XXI introduziu alterações significativas nos processos decisórios, nos modelos produtivos e na organização da vida social. Sistemas algorítmicos passaram a participar de

atividades relacionadas à saúde, educação, segurança, comunicação e gestão institucional, ampliando a eficiência operacional e a capacidade de análise de dados. Todavia, a incorporação crescente dessas tecnologias suscita questionamentos acerca dos limites da automação diante da responsabilidade moral humana. O debate contemporâneo deixa de concentrar-se apenas na funcionalidade técnica da IA e passa a interrogar suas consequências antropológicas e éticas. Conforme Lamb (2024, p. 108), “a inteligência artificial é uma tecnologia de propósito geral”, cujos impactos “vão além das atividades de base tecnológica”, alcançando dimensões relacionadas à própria compreensão do humano.

A utilização de sistemas inteligentes em processos deliberativos provoca deslocamentos relevantes na noção tradicional de tomada de decisão. Algoritmos são empregados para recomendar diagnósticos médicos, orientar concessões financeiras, prever comportamentos e auxiliar procedimentos jurídicos. Em determinados contextos, observa-se tendência crescente de transferência de confiança do julgamento humano para mecanismos automatizados. Esse fenômeno exige reflexão crítica, pois a eficiência estatística não equivale necessariamente à prudência ética. Lopes, Moser e Cavazzani (2023, p. 8) observam que “os objetos autônomos incorporados aos sistemas de IA impõem novos desafios éticos”, especialmente quando passam a interferir em decisões com repercussões sobre direitos e vulnerabilidades humanas.

Embora sistemas computacionais possam processar grandes volumes de informação em velocidade superior à humana, permanece controversa a atribuição de responsabilidade moral às máquinas. Responsabilidade pressupõe intencionalidade, consciência das consequências e capacidade deliberativa fundamentada em juízo ético, atributos cuja existência em sistemas artificiais permanece objeto de debate filosófico. Nesse sentido, a transferência irrestrita de decisões para algoritmos pode gerar obscurecimento da responsabilidade humana. Corrêa, Oliveira e Massmann (2022, p. 5) argumentam que “diretrizes éticas isoladas não são suficientes”, sendo necessária uma estrutura de governança capaz de preservar accountability e controle humano sobre tecnologias emergentes.

Sob perspectiva teológica, essa problemática adquire profundidade adicional ao confrontar concepções clássicas sobre liberdade, consciência e agência moral. A tradição cristã compreende o ser humano como sujeito responsável por suas escolhas, dotado de capacidade para discernir e responder pelos efeitos de suas ações. Quando decisões são progressivamente delegadas a sistemas automatizados, emerge uma questão fundamental: em que medida a terceirização do julgamento enfraquece o exercício da responsabilidade ética? A resposta a essa indagação ultrapassa o campo técnico e alcança discussões sobre vocação humana, liberdade e dever moral.

Os avanços da inteligência artificial também desafiam categorias tradicionais da antropologia teológica, especialmente aquelas relacionadas à singularidade da condição humana. A antropologia cristã historicamente sustenta que a pessoa possui dignidade própria em razão de sua constituição relacional, espiritual e moral. O desenvolvimento de tecnologias capazes de simular linguagem, interação e criatividade suscita questionamentos sobre o que permanece distintamente humano diante da automação cognitiva. Carbajo-Núñez (2024, p. 754) adverte que o debate sobre IA exige reflexão sobre “o florescimento humano” e não apenas sobre desempenho tecnológico, defendendo uma abordagem fundamentada em fraternidade e responsabilidade coletiva.

Nesse cenário, ganha relevância a tendência contemporânea de antropomorfização das máquinas, isto é, a atribuição de intenções, sentimentos ou consciência a sistemas artificiais. A aproximação simbólica entre inteligência computacional e subjetividade humana pode produzir interpretações equivocadas acerca das capacidades reais da IA. Röhe e Santaella (2023, p. 69) afirmam que “uma das principais razões de confusões [...] consiste em tomá-las [as IAs] à imagem e semelhança dos humanos”. Tal fenômeno favorece expectativas exageradas sobre autonomia tecnológica e obscurece a distinção entre processamento estatístico e experiência consciente.

A dissolução progressiva dessa distinção apresenta implicações éticas relevantes. Quando mecanismos artificiais passam a ser percebidos como substitutos integrais da racionalidade humana, corre-se o risco de reduzir a

pessoa a parâmetros de desempenho, eficiência ou previsibilidade. Sob esse prisma, emerge uma lógica instrumental na qual o valor humano tende a ser associado à produtividade, capacidade cognitiva ou utilidade funcional. A crítica teológica a esse processo fundamenta-se na compreensão de que a dignidade da pessoa antecede qualquer atributo operacional ou desempenho social.

A instrumentalização da vida humana constitui preocupação recorrente em análises contemporâneas sobre tecnologia. O uso indiscriminado da IA pode ampliar processos de vigilância, discriminação algorítmica e exclusão social, sobretudo quando sistemas reproduzem vieses presentes nos dados utilizados para treinamento. Estudos em bioética ressaltam que populações vulneráveis podem tornar-se ainda mais expostas em ambientes altamente automatizados. Santos (2024, p. 4) afirma que “urge ampliar o debate sobre os limites da ciência”, destacando a necessidade de mecanismos éticos capazes de proteger grupos socialmente fragilizados diante da expansão tecnológica.

A reflexão teológica oferece contribuições relevantes para tais desafios ao enfatizar princípios relacionados ao cuidado, à justiça e ao reconhecimento do valor intrínseco da pessoa. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente na inovação, a tradição cristã propõe critérios normativos orientados pela preservação da dignidade humana e pela responsabilidade comunitária. A tecnologia, nessa perspectiva, não constitui finalidade em si mesma, mas instrumento cuja legitimidade depende dos efeitos produzidos sobre a vida humana.

A ética cristã também contribui ao recordar que progresso científico não equivale automaticamente a desenvolvimento moral. A ampliação do poder tecnológico exige crescimento proporcional da prudência ética. Oliveira (2022, p. 21) sustenta que a ética cristã pode oferecer “referências de aprendizagem moral” aplicáveis à discussão sobre máquinas inteligentes, justamente por reconhecer limites para ações que comprometam a centralidade do humano. Essa interpretação reforça a necessidade de integrar reflexão moral aos processos de criação, implementação e regulamentação de sistemas de IA.

No âmbito do discernimento teológico, torna-se necessário considerar que inovação e responsabilidade não devem ser concebidas como categorias

antagônicas. A tradição cristã historicamente dialogou com transformações científicas, propondo critérios para avaliação crítica de mudanças culturais e tecnológicas. Dessa maneira, o desafio contemporâneo não consiste em rejeitar a inteligência artificial, mas em estabelecer parâmetros éticos que impeçam a subordinação da pessoa às lógicas de eficiência absoluta.

Diante desse panorama, verifica-se que a inteligência artificial inaugura questões inéditas sobre autoria moral, autonomia decisória e preservação da dignidade humana. O desenvolvimento tecnológico amplia possibilidades de intervenção sobre a realidade, mas igualmente intensifica a necessidade de critérios éticos capazes de orientar escolhas coletivas. A contribuição teológica reside justamente em reafirmar que nenhuma inovação possui legitimidade plena quando produz erosão da responsabilidade humana, obscurecimento do valor da pessoa ou enfraquecimento do compromisso com o bem comum. Nesse sentido, a discussão sobre IA ultrapassa fronteiras computacionais e torna-se debate sobre humanidade, sentido moral e futuro das relações sociais.

### **Considerações finais**

O avanço da inteligência artificial representa uma das transformações mais expressivas da contemporaneidade, influenciando processos produtivos, relações sociais, práticas educacionais e mecanismos de tomada de decisão. Ao longo deste estudo, verificou-se que a expansão das tecnologias inteligentes ultrapassa dimensões estritamente operacionais, alcançando questões relacionadas à autonomia humana, responsabilidade moral, dignidade da pessoa e construção ética diante de cenários inéditos. Nesse sentido, os resultados evidenciam que a inteligência artificial não pode ser analisada exclusivamente sob perspectiva técnica, uma vez que seus impactos incidem diretamente sobre valores, comportamentos e concepções de humanidade.

As discussões desenvolvidas permitiram compreender que a incorporação crescente da inteligência artificial em atividades anteriormente associadas ao julgamento humano amplia dilemas relacionados à delegação de decisões, à responsabilização ética e aos limites da automação. Embora sistemas inteligentes apresentem elevado potencial para otimização de

processos e ampliação do acesso à informação, tais recursos não eliminam a necessidade de supervisão humana nem substituem elementos fundamentais da experiência moral, como consciência, prudência e discernimento. Conforme Lamb (2024, p. 115), “o desempenho sofisticado dos sistemas de IA não elimina a necessidade de supervisão humana”, especialmente em situações que envolvem direitos, vulnerabilidades ou consequências sociais relevantes.

A análise dos fundamentos da ética cristã demonstrou que conceitos como consciência moral, livre-arbítrio, responsabilidade ética e dignidade humana permanecem relevantes para interpretação crítica dos desafios produzidos pelo desenvolvimento tecnológico. A compreensão do ser humano como portador da *Imago Dei* atribui valor intrínseco à existência humana, independentemente de desempenho, produtividade ou capacidade funcional. Sob essa perspectiva, a tradição teológica cristã oferece parâmetros éticos que tensionam tendências contemporâneas de instrumentalização da vida e de redução do indivíduo à lógica utilitarista. Conforme Previtalli e Souza (2025, p. 4), “a concepção do ser humano como imagem de Deus fundamenta a dignidade intrínseca da pessoa”, reforçando a centralidade do humano diante de processos tecnológicos cada vez mais sofisticados.

Observou-se ainda que os desafios relacionados à inteligência artificial não se limitam ao debate sobre eficiência ou inovação, alcançando questões antropológicas fundamentais acerca da singularidade humana. A crescente aproximação entre capacidades algorítmicas e funções cognitivas tradicionalmente atribuídas às pessoas intensifica discussões sobre consciência, liberdade e identidade. Entretanto, o estudo evidencia que processamento automatizado de informações não equivale à experiência humana integral, marcada por subjetividade, responsabilidade moral e capacidade relacional. Nesse sentido, a reflexão teológica contribui para reafirmar distinções essenciais entre desempenho computacional e existência humana.

Os resultados obtidos indicam que a ética cristã pode constituir importante instrumento de discernimento diante das transformações tecnológicas contemporâneas, especialmente ao enfatizar princípios relacionados ao cuidado, à justiça, à responsabilidade coletiva e à preservação da dignidade humana.

Diferentemente de perspectivas centradas exclusivamente na inovação, a tradição teológica propõe reflexão crítica acerca das finalidades da tecnologia e de seus efeitos sobre indivíduos e comunidades. Conforme Oliveira (2022, p. 21), a ética cristã oferece “referências de aprendizagem moral” capazes de auxiliar na avaliação de processos tecnológicos que impactam diretamente a vida humana.

A investigação também permitiu identificar que a utilização indiscriminada da inteligência artificial pode ampliar riscos associados à reprodução de desigualdades, discriminação algorítmica, vigilância excessiva e enfraquecimento da autonomia humana. Tais constatações reforçam a necessidade de construção de mecanismos éticos, jurídicos e sociais voltados à regulamentação responsável das tecnologias emergentes. Nesse contexto, a responsabilidade pelo uso da IA não deve ser atribuída exclusivamente aos sistemas tecnológicos, mas compartilhada entre desenvolvedores, instituições, usuários e estruturas regulatórias.

Diante disso, conclui-se que o progresso tecnológico, embora apresente potencial para beneficiar diferentes dimensões da vida social, exige desenvolvimento proporcional da reflexão ética e da responsabilidade humana. A inteligência artificial amplia possibilidades de ação, mas também intensifica a necessidade de critérios capazes de orientar escolhas comprometidas com o bem comum e a valorização integral da pessoa. O principal desafio contemporâneo não consiste apenas em definir o que as máquinas são capazes de realizar, mas em estabelecer quais princípios devem orientar o uso dessas capacidades em sociedades marcadas por desigualdades, vulnerabilidades e complexos dilemas morais.

Portanto, entende-se que o diálogo entre inteligência artificial, ética cristã e Teologia tende a tornar-se progressivamente mais necessário nos próximos anos, considerando o avanço contínuo das tecnologias emergentes. A construção de perspectivas interdisciplinares poderá contribuir para formulação de referenciais éticos mais consistentes, capazes de equilibrar inovação tecnológica, responsabilidade moral e preservação da dignidade humana. Assim, reafirma-se que nenhuma evolução científica alcança legitimidade plena quando

compromete valores essenciais relacionados à liberdade, justiça, cuidado e reconhecimento do valor intrínseco da vida humana.

## Referências bibliográficas

BORNSCHEIN, Fred Roland. A Imago Dei e a dignidade do ser humano. **Revista Batista Pioneira**, Ijuí, v. 7, n. 2, p. 73-95, 2019.

BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; MARIZ, Ester Avelar dos Santos; COSTA, Jéssica Silva; ALBUQUERQUE, Odlá Cristianne Patriota. Inteligência artificial no ensino superior: uma revisão de literatura sobre desafios e possibilidades no contexto acadêmico. **PoliÉtica**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2024.

CABERO-ALMENARA, Julio; BARROSO-OSUNA, Julio. La ética de la inteligencia artificial en la educación: hacia un uso responsable e inclusivo. **Educación e Pesquisa**, São Paulo, 2025.

CARBAJO-NÚÑEZ, Martín. Inteligência artificial e humanismo de fraternidade. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 84, n. 328, p. 751-770, 2024.

CORRÊA, Nicholas Kluge; OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de; MASSMANN, Diogo Fernando. Sobre a eficiência da ética como ferramenta de governança da inteligência artificial. **Veritas**, Porto Alegre, v. 67, n. 1, 2022.

COSTA, Leandro Silva; SILVA, Lenina Lopes Soares; SANTOS, Pablo Castro; SARAIVA, Ana Karinne de Moura. Educação e inteligência artificial: reflexões críticas e propositivas. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2024.

DOMINGUES, Gleyds; PALTE, Ana Carolina Silva Domingues. A visão da cosmovisão cristã sobre o conceito de pessoa e o princípio da dignidade humana. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, São Paulo, v. 18, n. 34, p. 75-96, 2024.

LAMB, Luís da Cunha. Ética em IA e IA ética: prolegômenos e estudo de casos significativos. **Revista USP**, São Paulo, n. 141, p. 107–120, 2024.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LOPES, Luís Fernando; MOSER, Alvino; CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. Os desafios éticos da inteligência artificial e dos objetos autônomos: um preâmbulo. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 29, 2023.

OLIVEIRA, Márcia Gonçalves de. A ética artificial das máquinas inteligentes e as referências de aprendizagem da ética cristã. **Via Teológica**, Curitiba, v. 23, n. 45, 2022.

OLIVEIRA, Renato Alves de. **A dimensão teológico-cristã da pessoa humana**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 14, n. 42, p. 557-576, 2016.

PREVITALLI, Carlos Cesar; SOUZA, Valdomiro José de. A centralidade da pessoa humana: os princípios da bioética à luz da Imago Dei. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 14, n. 54, 2025.

RÖHE, Anderson; SANTAELLA, Lucia. Confusões e dilemas da antropomorfização das inteligências artificiais. **TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, São Paulo, n. 28, p. 67-75, 2023.

SANTAELLA, Lucia. **A inteligência artificial é inteligente?** São Paulo: Edições 70 Brasil, 2023.

SANTAELLA, Lucia. **Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet**. São Paulo: Paulus, 2021.

SANTOS, Ivone Laurentino dos. O uso da inteligência artificial no contexto da bioética: “não sois máquinas, homens é que sois”. **Revista Iberoamericana de Bioética**, Madrid, n. 25, 2024.

SANTOS, João Célio Oliveira dos. A formação da moral judaico-cristã: a herança ocidental e a dignidade humana. UNITAS – **Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, Vitória, v. 5, n. 1, 2017.